



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
CONCURSO PÚBLICO 001/2012
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2012, visando atender ao princípio da publicidade;

Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme abaixo:

NÍVEL SUPERIOR

Candidato / Inscrição	Cargo	N. da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Alinny Moraes Sales Fernandes - 00105 Thiago Luiz Alves do Nascimento - 00635 Gisele Menegaz 00970 Viviane Barbosa Silva-00022 Renata Borges Batista - 00485 Rosanggela Ferreira de Matos - 01151 Juliana Postal Franquini - 02876 Frabrcício Leite Carneiro - 00694 Juliano Rafael Teixeira Enamoto - 01269 Rafael Teixeira Enamoto - 01269 Rafaela Emilia Bortolini - 01379 Liane Zonatto - 00025 Renato Bisse Cabral - 00295	Procurador jurídico	03	Alegam que o gabarito aponta como correta a alternativa “C”, no entanto a correta é a alternativa “D”.	Requerimento com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a respostada questão 03, passando para a alternativa D.
		04	Alegam que o gabarito aponta como correta a alternativa “D”, no entanto a correta é a alternativa “C”.	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a respostada questão 04, passando para a alternativa C.
		05	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.
		06	Requerem revisão da questão por não concordar com a	Recurso com provimento. Os termos em destaque sinteticamente Apresenta: I – Fui à escola e falei com o diretor: oração coord. Sindética

Willian Cezar Nonato da Costa - 00018		resposta do gabarito.	<p>aditiva expressa ideia de acréscimo ou adição à oração anterior, dispensa o uso de vírgula.</p> <p>II – O menino correu muito, mas não se cansou:adversativas expressam ideia de oposição ou contraste à oração anterior. Antes da conjunção adversativa sempre haverá vírgula</p> <p>III – Era alto como seu pai:encerra a ideia de comparação, compara com a oração principal <u>Era alto como seu pai</u> (subordinada adverbial comparativa).</p> <p>IV – estava lá desde que ele chegou:encerra a ideia de tempo, ou seja, indica o período do tempo em que ocorre a oração principal <u>estava lá</u> (oração principal) desde que ele chegou. (subordinada adverbial temporal). Alternativa correta letra A.</p>
	07	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. É proibido o uso de crase em palavras femininas não-determinadas, à pessoas (sentido geral indeterminado) isto é, não precedidas de artigo é proibido entrada a pessoas estranhas ao serviço. Além disso, não é admitido o uso de crase diante de palavras no plural se o “a” estiver no singular. Esta questão, quanto ao enunciado, pede para assinalar o uso INCORRETO, ou seja, onde é proibido o uso de crase. Ex. É proibido entrada às pessoas estranhas ao serviço (gramaticalmente correto). No enunciado está Alternativa D como INCORRETA: é proibido entrada à pessoas estranhas neste serviço. Neste caso é proibido quando a preposição estiver no singular seguida de um substantivo no plural. As demais alternativas (locuções prepositivas e advérbio de modo) estão corretas; Ex. à maneira de/ à moda de. Permanece a alternativa D. (<i>Gramática em Texto: Leila Lauar Sarmento – editora Moderna, 2000</i>)</p> <p>Quanto ao verbo responder, este não permite transitividade direta, sendo obrigatório o uso de crase. Portanto fica mantida a alternativa D.</p>
	08	Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. A palavra “Marca” – vejamos significado: ato ou efeito de marcar (V.T.D). (<u>MiniAurélio sec. XXI – Nova Fronteira, 2001</u>). Pôr marca ou sinal em. Indicar, apontar, portanto o verbo antecede ao substantivo, ou seja, antes do substantivo existe o verbo, que produz a impressão “em” produto, isto é, o verbo está implícito à marca, que se torna um distintivo derivado. Portanto, sendo que as demais palavras estão sintaticamente flexionadas. Portanto, fica mantida a alternativa “B”</p>

		10	<p>Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. A gradação consiste em dispor as ideias em ordem crescente ou decrescente. Quando o encadeamento das ideias se faz na ordem crescente temos o "clímax", ou seja, o encadeamento caminha em direção ao "clímax"; quando em ordem decrescente, ao "anticlímax". Como faz Machado de Assis, em Quincas Borba na seguinte expressão ao trabalhar a gradação crescente (ascensão de Rubião): [...]. Cotejava o passado com o presente. Quem era há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Tunis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo,[...]. Sendo assim, o autor expressa a ideia de gradação na seguinte expressão: "<u>A mesma praça. O mesmo banco. As mesmas flores, o mesmo jardim</u>". "Esse coração oculto pulsando no meio da noite, da neve, da chuva, debaixo da capa, do paletó, da camisa, debaixo da pele, da carne (Ferreira Gullar) Alternativa Correta C: GRADAÇÃO.</p>
		11	<p>Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Os candidatos recorrentes afirmam, a questão foi elaborada com base em legislação não especificada no conteúdo inserido no edital do concurso.</p> <p>Para justificar sua irrisignação afirma que o item "3" da questão, aborda o art. 7º, §2º do Decreto nº 7.581/2011 que regulamenta a Lei nº 12.462/2011, a qual institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, razão pela qual requer a anulação da questão.</p> <p>Vejamos a questão: <i>Questão 11. Analise os itens abaixo e marque verdadeiro(V) ou falso (F):</i> <input type="checkbox"/> A comissão de licitação pode promover diligências em qualquer fase da licitação. <input type="checkbox"/> A responsabilidade dos membros da comissão de licitação sempre será solidária, sem exceções. <input type="checkbox"/> É vetado à comissão de licitação corrigir impropriedades na documentação de habilitação dos interessados. Assinale sequencia que preenche corretamente os parênteses: A. V, F, F B. F, V, F C. F, F, V</p>

				<p>D. V, V, F</p> <p>Analisamos o conteúdo programático descrito no Edital nº 001/2012, disponível em www.acpi.com.br, publicado em 13/04/2012, para o cargo Procurador Jurídico, consta, no rol de conhecimentos específicos:</p> <p>“ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (...)</p> <p>CONHECIMENTOS SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO – Somente para os cargos de Analista de Recursos Humanos, Contador, Procurador Jurídico e Analista de Recursos Humanos.</p> <p><i>Organização Administrativa. Princípios Fundamentais. Administração Direta, Indireta e Fundacional. Controle da Administração. Tipos e formas de controle. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Controle Interno. Serviços Públicos. Conceito. Classificação. Formas de execução. Competência da União, Estados e Municípios. Licitações. Princípios. Obras, Serviços de Engenharia e demais serviços. Modalidades. Publicações. Dispensas e Inexigibilidades. Procedimentos licitatórios. Processamento e julgamento. Instrumentos convocatórios. Tipos. Anulação e Revogação. Contratos. Normas Gerais. Cláusulas essenciais. Cláusulas exorbitantes. Formalização. Garantias contratuais. Duração e prorrogação. Alteração. Nulidade. Execução”.</i> (grifamos)</p> <p>Nas lições de Maria Sylvia Zanelle Di Pietro, na obra Direito Administrativo, 25ª edição, São Paulo, editora Atlas S/A, 2012, p. 413, o Regime diferenciado de contratação (RDC) é: <i>“Regime diferenciado de contratação (RDC) é modalidade de licitação instituída pela Lei nº 12.462, de 4-8-11, resultante da Medida Provisória nº 527, de 2011, exclusivamente para as licitações e contratos necessários à realização: (...)”</i> (grifamos)</p> <p>Como se vê, o conteúdo programático estabeleceu “licitações e modalidades” entre aqueles que a Banca Examinadora poderia elaborar as questões objetivas para avaliação dos candidatos e, nos termos da Doutrinadora mencionada, o Regime diferenciado de contratação é uma modalidade de licitação, portanto, sem razão o candidato quanto</p>
--	--	--	--	---

				<p>a exigência de conteúdo não previsto no edital.</p> <p>Acerca da inexatidão do “item 3”, transcrevemos, mais uma vez, lições da Jurista Maria Syvia Zanelle Di Pietro, em obra já citada, p. 443, sobre Comissão de licitação:</p> <p><i>“O Regulamento (Decreto. 7581/11) estabelece normas sobre a comissão de licitação nos art. 6º e 7º, exigindo no mínimo três membros tecnicamente qualificados, sendo a maioria deles servidores ou empregados públicos.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>O §1º do art. 7º faculta à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entenda serem necessárias; e, no §2º, <u>faculta à comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substancia da proposta, a <u>adição de medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo</u>”.</u></i></p> <p><i>(grifamos)</i></p> <p>Portanto, estando estabelecido no edital que o conteúdo programático abrangia as modalidades de licitações e, sendo o Regime Diferenciado de Licitação uma modalidade de licitação, sem qualquer razão os candidatos.</p> <p>Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
		12	Os candidatos requerem a anulação da questão por existência de duplicidade de gabarito.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Vejamos a questão:</p> <p>Questão 12. Sobre revogação e anulação do procedimento licitatório, assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>A. <i>Havendo ilegalidade o procedimento licitatório deverá ser revogado.</i></p> <p>B. A anulação do procedimento licitatório, em regra, não gera obrigação de indenizar.</p> <p>C. <i>A anulação do procedimento não atinge ao contrato já celebrado.</i></p> <p>D. <i>Para revogação por motivo de interesse público, desnecessário fato superveniente.</i></p> <p>Sustenta os candidatos que a afirmativa do item “D” é verdadeira, ou seja, que é desnecessário fato superveniente para a revogação de licitação por motivo de interesse público.</p>

			<p>Veamos o que leciona Maria Sylvia Zanelle Di Pietro, na obra Direito Administrativo, 25ª edição, São Paulo, editora Atlas S/A, 2012, p. 436 sobre anulação e revogação de licitação:</p> <p><i>“O artigo 49 da Lei nº 8.666/93 prevê a possibilidade de revogação da licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como a obrigatoriedade de sua anulação por ilegalidade...”.</i></p> <p>...</p> <p><i>A observação cabível é quanto à necessidade de ocorrência de fato superveniente e de motivação para que o procedimento da licitação possa ser revogado por motivo de interesse público. Em caso de prejuízo para o licitante, deve o mesmo ser indenizado, desde que devidamente comprovado”.</i> (destacamos)</p> <p>Portanto, sem razão os candidatos, visto que, para revogação por motivo de interesse público, nas lições acima transcritas, necessária a motivação e ocorrência de fato superveniente.</p> <p>Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
	15	Os candidatos requerem anulação da questão afirmando a inexistência de gabarito.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Veamos a questão:</p> <p><i>“Questão 15. Sobre o que dispõe a Lei Complementar nº 01/2008, que institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Campos de Júlio, julgue os itens:</i></p> <p><i>I. Os conceitos anuais atribuídos ao servidor serão arquivados em pastas ou base de dados, individualmente, sendo permitida consulta pública. F</i></p> <p><i>II. O tempo de serviço público prestado em cargo em comissão na Administração Indireta do Município de Campos de Júlio <u>não contará</u> para concessão de licença prêmio. F</i></p> <p><i>III. Todo servidor tem direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto avaliação do seu desempenho. V</i></p>

			<p>Assinale a alternativa que contemple o julgamento realizado:</p> <p>A) Apenas os itens I e II são falsos; B) Apenas os itens I e III são falsos; C) Apenas os itens II e III são falsos; D) Todos os itens são falsos”.</p> <p>Sustenta que o “item I” é falso por contrariar o texto da legislação municipal, e que os itens “II e III” são verdadeiros por estarem de acordo com a legislação municipal.</p> <p>O “item I” afirma que será permitida consulta pública aos conceitos anuais dos servidores do Município de Campos de Júlio, sendo falso ao passo que contraria o disposto no art. 34, “caput”, da Lei Complementar Municipal nº 01/2008, vejamos:</p> <p style="text-align: center;"><i>“Art. 34. Serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo: ...”</i></p> <p>O “item II” é falso ao contrariar o que dispõe o art. 69, “caput” da Lei Complementar Municipal nº 01/2008, que permite a contagem de tempo de serviço ao servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Indireta do Município de Campos de Júlio para os fins de concessão de licença prêmio.</p> <p style="text-align: center;"><i>“Art. 69. O tempo de serviço público prestado na Administração Direta ou Indireta do Município de Campos de Júlio-MT em cargo efetivo ou em comissão, será contado para todos os efeitos, inclusive para a concessão de anuênio e licença prêmio”.</i></p> <p>O “Item III” é verdadeiro por transcrever direito do servidor municipal inserido no art. 33, “caput” da Lei Complementar Municipal nº 01/2008, <i>in verbis</i>:</p> <p style="text-align: center;"><i>“Art. 33. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho”.</i></p> <p>Deste modo, apesar das argumentações do candidato, o recurso não merece prosperar, mantida a questão e seu gabarito.</p>
--	--	--	--

		17	Os candidatos requerem a retificação do gabarito preliminar ou anulação da questão.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Vejam a questão:</p> <p><i>Questão 17. Julgue os itens:</i></p> <p>I. <i>Tributo é obrigação de prestar dinheiro ao Estado.</i></p> <p>II. <i>Tributo é prestação pecuniária voluntária.</i></p> <p>III. <i>Uma pena pode ilidir o pagamento do tributo.</i></p> <p><i>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</i></p> <p>A. <i>V, V, V</i></p> <p>B. <i>F, F, F</i></p> <p>C. <i>V, F, F</i></p> <p>D. <i>F, V, V</i></p> <p>Fundamenta os candidatos que o conceito de tributo inserido no “item I” “<i>encontra-se insuficiente para caracterizar ou mesmo definir o que vem a ser Tributo</i>”, por não estar idêntico ao que dispõe o art. 3º do Código Tributário Nacional.</p> <p>Como bem menciona o candidato, para o art. 3º do Código Tributário Nacional, “<i>Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda e cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada</i>”.</p> <p>A questão abordou parte do conceito de Tributo, não sendo plausível o requerimento do candidato de retificação do gabarito ou anulação da questão, visto que, nas lições de Eduardo Sabbag, em Manual de Direito Tributário, editora Saraiva, 2009, p. 334:</p> <p><i>“O tributo é prestação pecuniária, isto é, <u>obrigação de prestar dinheiro ao Estado</u>. O art. 3º do CTN, em sua parte inicial, dispõe que “o tributo é prestação pecuniária, em moeda (...)”. Não obstante a redundância no dispositivo, e possível asseverar que o dispositivo objetivou evitar o tributo in natura (em bens) ou o tributo in labora (em trabalho, em serviços)”.</i></p> <p>Deste modo, a afirmação contida no “item I” é verdadeira, razão pela qual mantemos a questão e o gabarito preliminar.</p>
--	--	----	---	---

		19	<p>Requerem anulação da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão por inexistência de gabarito.</p> <p>Vejamos a questão:</p> <p>“QUESTÃO 19 Analise os itens abaixo e marque verdadeiro (V) ou falso (F):</p> <p>() Ocorre lançamento por declaração no caso do imposto sobre propriedade territorial urbana; () O imposto sobre propriedade de veículos automotores é tributo lançado por homologação. () Taxas são impostos lançados de ofício. () O lançamento misto é realizado com base na declaração realizada pelo sujeito passivo.</p> <p>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</p> <p>A) F, V, F, V B) F, V, V, V C) V, F, F, V D) V, F, V, F”</p> <p>Nos termos do Edital nº 001/2012, disponível em www.acpi.com.br, publicado em 13/04/2012, item 10.2.2, os recursos serão admitidos desde que devidamente fundamentados.</p> <p>10.2 – Dos Recursos 10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível”; (destacamos)</p> <p>Afirma o candidato que o gabarito da questão seria F, F, F, V, porém, fundamenta tão somente sua discordância acerca a segunda assertiva posta a sua análise, razão pela qual, com fulcro no principio da razoabilidade, analisaremos apenas este item.</p> <p>Dispõe a assertiva discutida pelo candidato que “O imposto sobre propriedade de veículos automotores é tributo lançado por homologação”. Apesar da argumentação do candidato, transcrevemos julgado da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:</p> <p>“EMENTA: TRIBUTÁRIO. IPVA. LANÇAMENTO.</p>
--	--	----	---	---

				<p><i>SUPOSTO PAGAMENTO ANTECIPADO. O IPVA é tributo cujo lançamento se faz por homologação: o contribuinte recolhe o tributo, sem prévio exame do Fisco. Tal recolhimento opera a extinção condicional do crédito tributário. A extinção somente acontece após homologação do pagamento". (RMS 12.384/RJ, 1ª T., rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 04.06.2002) (destacamos)</i></p> <p>E julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:</p> <p><u>IPVA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO - DISTINÇÃO ENTRE OS DOIS INSTITUTOS - EXERCÍCIOS DE 2001 A 2005 - TERMO INICIAL DO LAPSO DECADENCIAL É O PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO - LANÇAMENTO OCORRIDO EM 29/7/2006 INOCORRÊNCIA DA DECADÊNCIA, DE VEZ QUE A FAZENDA PODIA CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO ATÉ DEZEMBRO DESTE MESMO ANO - TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO É A DATA DO LANÇAMENTO - ASSIM, A FAZENDA TEM ATÉ 28/7/2011 PARA AJUIZAR A AÇÃO DE COBRANÇA - AÇÃO PROCEDENTE - RECURSO PROVIDO.</u></p> <p>...</p> <p><i>O lançamento, que no dizer do art. 142 do CTN consiste no "procedimento administrativo, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível", pode resultar: a) da declaração do sujeito passivo; b) das informações de terceiro; c) de iniciativa da autoridade; d) de ato do sujeito passivo sem prévio exame da autoridade.</i></p> <p><u><i>Nessa última hipótese, temos o chamado lançamento por homologação, ou autolancamento, disciplinado no art. 150 do</i></u></p>
--	--	--	--	---

				<p><u>Código Tributário Nacional.</u> <u>Exatamente o caso do IPVA.</u> O lançamento por homologação é disciplinado pelo art. 150 do CTN: "O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa". (TJSP. Recurso de Apelação nº 990.10.434300-3. São Paulo. Voto nº 24453. Apelante Fazenda do Estado de São Paulo. Apelado Luiz de Carvalho Neto. Relator Desembargador Márcio Franklin Nogueira) (destaques originais, grifos nosso)</p> <p>Ainda sobre a questão, norteados pelo princípio da razoabilidade e eficiência, destacamos que, apesar de não fundamentado pelo candidato, necessária retificação do gabarito, visto que, nas lições de Eduardo Sabbag, em Manual de Direito Tributário, editora Saraiva, 2009, p. 711, "<i>as taxas são tributos lançados de ofício</i>", o que torna a terceira afirmação, posta a análise dos candidatos, verdadeira.</p> <p>Portanto, conheço do recurso, indefiro o pedido dos candidatos de anulação da questão, retificando o gabarito preliminar para fazer constar como gabarito definitivo letra "B".</p>
	20	Os candidatos requerem a anulação da questão por existência de duplicidade de gabarito.		<p>Recurso sem provimento. Vejamos a questão. QUESTÃO 20. Sobre o que dispõe a Lei Municipal nº 049/1997, que institui o Código Tributário do Município de Campos de Júlio, assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>A) É possível a aplicação de suspensão ou cancelamento de isenções de tributos àqueles que cometerem infrações previstas no Código Tributário Municipal.</p> <p>B) O lançamento dos tributos municipais e suas alterações poderão ser comunicados aos contribuintes por meio de afixação de edital no Paço Municipal.</p> <p>C) Ocorrido o lançamento tributário, abre-se prazo de 30 dias para o contribuinte municipal que não concordar impugná-lo, contados da sua notificação.</p>

			<p>D) <i>No caso de anulação de decisão condenatória, o contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, desde que o pagamento não advenha de parcelamento.</i></p> <p>Sustenta o candidato que “a alternativa “C” não mencionou a forma de comunicação por carta com AR – via postal e edital, fazendo referência apenas à notificação, a qual inclusive sequer restou especificada que deverá ser de forma direta”</p> <p>A alternativa “C” da questão aborda exclusivamente o texto do artigo 28 do Código Tributário Nacional de Campos de Júlio, <i>in verbis</i></p> <p>“Art. 28. <i>O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá impugná-lo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação efetivada na forma do artigo 25”.</i></p> <p>Sustenta a anulação da questão por não ter a alternativa explicitado as formas de notificação do contribuinte possíveis, pela legislação tributária nacional e municipal do de Campos de Júlio.</p> <p>Como expresse, as formas que a municipalidade possui para notificação dos contribuintes não foi objeto abordado pela alternativa “C” e, como expresse no texto legal, da notificação do contribuinte, abre-se prazo de 30 (trinta) dias para impugnação do lançamento tributário realizado pela municipalidade.</p> <p>Recurso improvido. Questão mantida, gabarito preliminar confirmado.</p>
	21	Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão sob argumento de que a alternativa “D” está correta.</p> <p>QUESTÃO 21. Sobre a modalidade de licitação convite, assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>A) <i>É exigível pela lei a convocação de no mínimo 03 (três) interessados.</i></p> <p>B) <i>Os convidados para o certame deverão ser cadastrados na unidade administrativa licitante.</i></p> <p>C) <i>Não sendo um dos convidados, é necessária prévia habilitação do licitante interessado.</i></p> <p>D) <i>Comparecendo na sessão apenas 02 (dois) interessados entre os convidados, é possível a continuidade do procedimento licitatório.</i></p>

			<p>A alternativa “D” diz ser possível continuar o certame licitatório diante do comparecimento de apenas 02 (dois) interessados no objeto.</p> <p>Apesar da argumentação do candidato, sobre o caso, transcrevemos posicionamento do Tribunal de Contas da União citado pela Digna Jurista Maria Sylvia Di Pietro, <i>in</i> Direito Administrativo, editora Atlas, 2012, p. 411:</p> <p><i>“Quanto à possibilidade de continuar a licitação no caso de aparecerem menos de que três convidados, o TCU, alterando seu entendimento após a entrada em vigor da Lei 8.666/93, decidiu que <u>“para a regularidade da licitação na modalidade convite é imprescindível que se apresentem, no mínimo, 3 (três) licitantes devidamente qualificados. Não se obtendo esse número legal de propostas aptas à seleção, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, de modo a se garantir, nesse aspecto, a legitimidade do certame”.</u></i></p> <p>Com estas razões, negamos provimento ao recurso, mantendo inalterada a questão e o gabarito preliminar.</p>
		22	<p>Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p> <p>Recurso sem provimento. QUESTÃO 22. Foge, nos termos da lei de licitações, à competência da comissão de licitação: A) Elaborar edital. B) Elaborar minuta do contrato. C) Receber as propostas. D) Decidir acerca dos recursos.</p> <p>Para justificar sua irresignação, os candidatos afirmam que a alternativa “D” aborda o Decreto nº 7.581/2011 que regulamenta a Lei nº 12.462/2011, a qual institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, legislação que, ao seu entender, não foi especificado no edital.</p> <p>Analisamos o conteúdo programático descrito no Edital nº 001/2012, disponível em www.acpi.com.br, publicado em 13/04/2012, para o cargo Procurador Jurídico, consta, no rol de conhecimentos gerais e específicos:</p>

				<p>“ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (...) CONHECIMENTOS SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO – Somente para os cargos de Analista de Recursos Humanos, Contador, Procurador Jurídico e Analista de Recursos Humanos.</p> <p>Organização Administrativa. Princípios Fundamentais. Administração Direta, Indireta e Fundacional. Controle da Administração. Tipos e formas de controle. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Controle Interno. Serviços Públicos. Conceito. Classificação. Formas de execução. Competência da União, Estados e Municípios. <u>Licitações. Princípios. Obras, Serviços de Engenharia e demais serviços. Modalidades. Publicações. Dispensas e Inexigibilidades. Procedimentos licitatórios. Processamento e julgamento. Instrumentos convocatórios. Tipos. Anulação e Revogação. Contratos. Normas Gerais. Cláusulas essenciais. Cláusulas exorbitantes. Formalização. Garantias contratuais. Duração e prorrogação. Alteração. Nulidade. Execução”.</u> (grifamos)</p> <p>...</p> <p>“Procurador Jurídico: Direito Administrativo: Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. Organização Administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa: administração direta e indireta. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso de poder. Ato administrativo: conceito; requisitos; validade; eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução, inexecução, rescisão. Licitação:</p>
--	--	--	--	--

			<p><i>princípios; obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade; procedimentos; modalidades; Lei n. 8.666/93; Lei n. 10.520/2002. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. Controle da administração: administrativo; legislativo; judiciário. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade civil da Administração no Direito Brasileiro; reparação do dano; ação regressiva; responsabilidade por atos ilícitos. Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei n. 8.429/1992). Responsabilidade na gestão Fiscal: Lei Complementar n. 101/2000. 14. Processo administrativo princípios; fases; modalidades de processo administrativo disciplinar; meios sumários. Lei Complementar 01/2008 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Campos de Júlio.</i></p> <p>Nas lições de Maria Sylvia Zanelle Di Pietro, na obra <i>Direito Administrativo</i>, 25ª edição, São Paulo, editora Atlas S/A, 2012, p. 413, o Regime diferenciado de contratação (RDC) é:</p> <p><i>“Regime diferenciado de contratação (RDC) é modalidade de licitação instituída pela Lei nº 12.462, de 4-8-11, resultante da Medida Provisória nº 527, de 2011, exclusivamente para as licitações e contratos necessários à realização: (...)”</i> (grifamos)</p> <p>Como se vê, o conteúdo programático estabeleceu “licitações e modalidades” entre aqueles que a Banca Examinadora poderia elaborar as questões objetivas para avaliação dos candidatos e, nos termos da Doutrinadora mencionada, o Regime diferenciado de contratação é uma modalidade de licitação, portanto, sem razão o candidato quanto à exigência de conteúdo não previsto no edital.</p> <p>Portanto, estando estabelecido no edital que o conteúdo programático abrangia as modalidades de licitações e, sendo o Regime Diferenciado de Licitação uma modalidade de licitação, não há que se falar em conteúdo não previsto no edital por não inclusão expressão da Lei 12.462/2011.</p> <p>Doutro norte, apesar de afirmar, o candidato deixa de demonstrar as razões pelas quais considera corretas todas as</p>
--	--	--	---

			<p>alternativas colocadas à sua análise.</p> <p>Nos termos do Edital nº 001/2012, disponível em www.acpi.com.br, publicado em 13/04/2012, item 10.2.2, os recursos serão admitidos desde que devidamente fundamentados.</p> <p>“10.2 – Dos Recursos 10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível”; (destacamos)</p> <p>Por todo o exposto, indeferimos o presente recurso. Mantendo a questão e o gabarito inalterado.</p>
		23	<p>Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p> <p>Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão por inexistência de gabarito.</p> <p>QUESTÃO 23. Analise as afirmativas abaixo, marcando V para as verdadeiras e F para as falsas:</p> <p>() A comissão de licitação pode ter caráter permanente ou especial</p> <p>() A comissão de licitação deve ser composta exclusivamente por servidores do quadro permanente da entidade pública.</p> <p>() Os membros da comissão de licitação são solidariamente responsáveis.</p> <p>() Cabe à comissão de licitação, ao final do procedimento licitatório, adjudicar o objeto licitado.</p> <p>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</p> <p>A) V, V, F, F. B) F, V, F, V. C) V, F, V, F. D) F, F, V, V.</p> <p>Sustenta suas irresignações na posição de que a quarta afirmativa posta a sua análise é verdadeira à medida que a comissão de licitação é competente para adjudicação do objeto da licitação, citando doutrina de Petrônio Braz.</p> <p>Sobre o procedimento de homologação e adjudicação das</p>

			<p>licitações, vejamos o que ensina Hely Lopes Meirelles, na obra Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição, editores Malheiros, P. 309:</p> <p><i>“7.4.1.9 Homologação e adjudicação: a lei, mudando a sistemática anterior do julgamento, estabeleceu que <u>a Comissão, após a classificação das propostas, deve enviar o resultado à autoridade superior, para homologação e adjudicação do objetivo da licitação ao vencedor, convocando-o para assinar o contrato (art. 43, V e VI, e art. 64)</u>”.</i> (grifamos)</p> <p>Portanto, sem razão os candidatos. Recurso não provido. Questão e gabarito preliminar mantido.</p>
		24	<p>Os candidatos requerem alteração do gabarito para a alternativa “B”.</p> <p>Recurso sem provimento. QUESTÃO 24. Julgue os itens: I. A administração pode agir de ofício e anular o procedimento licitatório eivado de ilegalidade. II. Havendo a declaração de nulidade do procedimento licitatório, por consequência, segue-se a nulidade do contrato originado. III. Declarada a nulidade do contrato em face da ilegalidade do procedimento licitatório, caberá ao contratado o valor referente ao que já houver até aí executado. Assinale a alternativa correspondente ao julgamento: A) Todos os itens são verdadeiros. B) Apenas os itens I e II são verdadeiros. C) Apenas os itens II e III são verdadeiros. D) Apenas os itens III e I são verdadeiros.</p> <p>Argumentam que a afirmação do “item III” está incompleta em comparação o que prescreve o art. 59, parágrafo único da Lei 8.666/1993, o que a tornaria incorreta.</p> <p>Prescreve o item III que “<i>declarada a nulidade do contrato em face da ilegalidade do procedimento licitatório, caberá ao contratado o valor referente ao que já houver até ai executado</i>”.</p> <p>Vejamos o que prescreve o art. 59, parágrafo único: <i>“Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo</i></p>

			<p><i>os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.</i></p> <p><i>Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa”.</i></p> <p>Sobre o tema, vejamos lições de Maria Sylvia Zanelle Di Pietro, Direito Administrativo, 25ª edição, São Paulo, editora Atlas S/A, 2012, 436, in verbis:</p> <p><i>“Nos termos do §1º, a anulação do procedimento não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, ou seja, ressalvada a hipótese de ilegalidade ser imputável à própria administração; nesse caso, deverá ela promover a responsabilidade de quem lhe deu causa”.</i></p> <p>Portanto, apesar da irresignação do candidato, a banca examinadora entende que, desnecessária a transcrição integral do artigo de lei para retidão da afirmação contida no “item III”.</p> <p>Recurso improvido. Questão e gabarito mantidos.</p>
	27	<p>Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Os candidatos solicitam anulação da questão argumentando que o doutrinador citado no enunciado – Alexandre de Moraes – não é o autor da frase ali inserida.</p> <p>QUESTÃO 27. “Contra elas nem mesmo há o poder de emendar”. A frase, de autoria do Professor Alexandre de Moraes, conceitua:</p> <p>A) Normas constitucionais de eficácia plena. B) Normas constitucionais de eficácia relativa. C) Normas constitucionais de eficácia absoluta. D) Nenhuma das alternativas anteriores.</p> <p>A questão trata dos conhecimentos acerca da classificação doutrinária de normas constitucionais. Exigindo do candidato qual a classificação das normas constitucionais que sequer podem ser emendadas.</p> <p>Como se vê, independentemente da autoria do conceito expresso no enunciado, a questão avalia o conhecimento do</p>

			<p>candidato acerca do conteúdo programático descrito no Edital nº 001/2012, disponível em www.acpi.com.br, publicado em 13/04/2012, para o cargo Procurador Jurídico:</p> <p>“ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (...) CONHECIMENTOS ESPECIFICOS Direito Constitucional: <i>Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; perspectiva sociológica; perspectiva política; perspectiva jurídica; fontes formais; concepção positiva. Constituição: sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos. Classificações das Constituições: constituição material e constituição formal; constituição-garantia e constituição-dirigente; <u>normas constitucionais</u>. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição. Direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; tutela constitucional das liberdades; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; dos partidos políticos. Organização político-administrativa: regras de organização; repartição de competências e intervenção. Servidores Públicos. Poder Legislativo, Executivo e Judiciário: fundamento, atribuições e garantias de independência; conceito, objetos, atos, espécies normativas e os procedimentos. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos Estados; funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e estado de sítio; forças armadas; segurança pública; organização da segurança pública. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso”.</i></p> <p>Assim, a existência de equívoco da banca examinadora acerca do autor do conceito enunciado na questão em nada interferiu no conteúdo programático ou mesmo na avaliação dos conhecimentos específicos dos candidatos sobre normas constitucionais.</p>
--	--	--	---

				<p>Deste modo, não sendo plausível o entendimento de que o equívoco na citação da autoria do conceito de norma constitucional de eficácia absoluta trouxe prejuízo aos candidatos, indeferido o recurso nos termos do item 10.2.2 do edital nº 001/2012, do concurso público em comento.</p> <p>10.2. Dos Recursos</p> <p>...</p> <p>10.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. <u>Não serão aceitos recursos sem argumentação plausível.</u></p> <p>10.2.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.</p> <p>10.2.4. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso”.</p> <p>Deste modo, negamos provimento ao recurso. Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
		28	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>QUESTÃO 28. A respeito do Poder Constituinte, analise as afirmações abaixo, marcando V para as verdadeiras e F para as falsas:</p> <p>() Uma Constituição outorgada advém da expressão do Poder Constituinte Originário, oriunda de uma Assembleia Nacional Constituinte.</p> <p>() Não existe uma forma definida para expressão do Poder Constituinte Originário.</p> <p>() O Poder Constituinte Derivado decorre das regras estabelecidas pelo Poder Constituinte Originário.</p> <p>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</p> <p>A) F, V, V.</p> <p>B) V, V, F.</p> <p>C) V, F, F.</p> <p>D) F, F, V.</p>

				<p>Os candidatos sustentam a falsidade da expressão “<i>Não existe uma forma definida para expressão do Poder Constituinte Originário</i>”, argumentando que “<i>os melhores doutrinadores apontam características intrínsecas do “poder constituinte originário” capazes enfim de definir uma expressão</i>”.</p> <p>Sobre as formas de expressão do poder constituinte originário, assunto abordado na frase “<i>não existe uma forma definida para expressão do Poder Constituinte Originário</i>”, transcrevemos lição inseridas na obra Direito constitucional, de Aezandre de Moraes, 27ª edição, São Paulo: Atlas, 2011, p. 31:</p> <p><u>“Inexiste forma prefixada pela qual se manifesta o poder constituinte originário, uma vez que apresenta as características de incondicionado e ilimitado. Pela análise histórica da constituição dos diversos países, há possibilidade de apontar duas básicas formas de expressão do poder constituinte originário: Assembleia Nacional Constituinte e Movimento Revolucionário (outorga)”.</u> (destacamos)</p> <p>Assim, demonstrada a retidão da afirmação contida no item abordado pelos candidatos, negamos provimento ao recurso.</p> <p>Questão mantida. Gabarito confirmado.</p>
		29	<p>Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. O candidato requer anulação da questão.</p> <p>QUESTÃO 29. O voto direto, secreto, universal e periódico é exemplo de:</p> <p>A) Norma constitucional de eficácia relativa. B) Norma constitucional de eficácia absoluta. C) Norma constitucional de eficácia plena. D) Nenhuma das alternativas anteriores.</p> <p>O recorrente afirma, em síntese, que a questão deve ser anulada por não ter o enunciado esclarecido à linha doutrinária a ser observada pelo candidato para análise das alternativas.</p> <p>A questão requer do candidato a classificação da norma constitucional inserida no art. 60, §4º. II da Constituição Federal.</p> <p>“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante</p>

				<p><i>proposta:</i></p> <p>...</p> <p>§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:</p> <p>...</p> <p><i>II - o voto direto, secreto, universal e periódico”</i></p> <p>Sobre o tema, destacamos trecho da obra Direito Constitucional, 27ª edição, editora Atlas: São Paulo, 2011, p. 13, do doutrinador Alexandre de Moraes, acerca das normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação:</p> <p><i>“Maria Helena Diniz propõe uma nova espécie de classificação das normas constitucionais, tendo por critério a intangibilidade e a produção dos efeitos concretos. Assim, propõe e explica a referida autora que são <u>normas constitucionais de eficácia absoluta</u> “as intangíveis; contra elas nem mesmo há o poder de emendar. Daí conterem uma força paralisante total de toda a legislação que, explícita ou implicitamente, vier a contrariá-las. Distinguem-se, portanto, das normas constitucionais de eficácia plena, que, apesar de incidirem imediatamente sem necessidade de legislação complementar posterior, são emendáveis. Por exemplo, os textos constitucionais que amparam a federação (art. 1º), <u>o voto direto, secreto universal e periódico (art. 14)</u>, a separação de poderes (art. 2º) e os direitos e garantias individuais (art. 5º, I a LXXVII), <u>por serem insuscetíveis de emenda são intangíveis, por força dos arts. 60 §4º, e 34, VII, “a” e “b”.</u>” (destacamos)</i></p> <p>Acerca das divergências doutrinárias e da discricionariedade da banca examinadora, transcrevemos ementa do acórdão proferido do Poder Judiciário da União, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:</p> <p><i>“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ANULATÓRIA - CONCURSO PÚBLICO - REPROVAÇÃO EM PROVA OBJETIVA - QUESTÕES COM RESPOSTAS DÚPLICES E FORA DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - INOCORRÊNCIA - BANCA EXAMINADORA - DISCRICIONARIEDADE.</i></p> <p><i>1 - Não cabe ao Judiciário, exceto para averiguar o aspecto da legalidade, incursionar nos meandros do juízo de conveniência e oportunidade do administrador, tampouco</i></p>
--	--	--	--	--

			<p><i>determinar, por via transversa, a aprovação de candidatos em fase de concurso para a qual foram reprovados pela banca examinadora.</i></p> <p><i>2 - O edital é a lei que deve reger o concurso, estabelecendo as normas, diretrizes e critérios para a sua realização e não havendo qualquer ofensa a preceitos constitucionais ou à legislação ordinária em vigor, não há razão para reprovar o que ali se estipulou.</i></p> <p>3 - A banca examinadora, no exercício da discricionariedade típica da atividade administrativa, tem liberdade para definir o conteúdo e as questões conforme o entendimento que melhor se adequa ao concurso proposto, independentemente da posição doutrinária seguida pelo candidato. Assim, é ela quem detém a competência para deliberar sobre os aspectos eventualmente questionados pelos candidatos, bem assim adotar as soluções que melhor convenham ao certame.</p> <p><i>4 - Recurso conhecido e não provido.</i></p> <p>(6ª Turma Cível. Apelação Cível 20080110737650APC. Relatora Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito. Revisor Desembargador Jair Soares. Acórdão nº 368.760. Apelante(s) Antônio Arnóbio Portela Dourado e Outros. Apelado: Distrito Federal). (destacamos)</p> <p>Com estas razões, negamos provimento ao recurso.</p> <p>Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
		30	<p>Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p> <p>Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão.</p> <p>QUESTÃO 30. O conjunto de pessoas que fazem parte de um Estado denomina-se pela doutrina:</p> <p>A) População.</p> <p>B) Habitantes</p> <p>C) Nação.</p> <p>D) Povo.</p> <p>No Capítulo 6, Direito de Nacionalidade, no subtítulo “Definições relacionadas à matérias, Alexandre de Moraes, obra Direito Constitucional, 27ª edição, editora Atlas: São Paulo, 2011, p. 218, conceitua povo, população, nação e cidadão, nos seguintes termos:</p>

				<p>“Povo: conjunto de pessoas que fazem parte de um Estado – é seu elemento humano. O povo está unido ao Estado pelo vínculo jurídico da nacionalidade.</p> <p>População: é o conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade. Esse conceito é mais extenso que o anterior – povo -, pois engloba os nacionais e os estrangeiros, desde que habitantes de um mesmo território. Como salientado por Marcelo Caetano,</p> <p>...</p> <p>Nação: agrupamento humano, em geral numeroso, cujos membros, fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos e linguísticos. Conforme ensina A. Dardeau de Carvalho.</p> <p>“a complexidade do fenômeno nação, sem dúvida, resulta da multiplicidade de fatores que entram na sua composição, uns de natureza objetiva, outros de natureza subjetiva. A raça, a religião, a língua, os hábitos e costumes, são os fatores objetivos que permitem distinguir as nações entre si. A consciência coletiva, o sentimento da comunidade de origem, é o fatos subjetivo da distinção.</p> <p>Cidadão: é o nacional (brasileiro nato ou naturalizado) no gozo dos direitos políticos e participantes da vida do Estado”.(destacamos)</p> <p>Portanto, diversamente do que pretende o candidato, negamos provimento ao recurso, mantendo a questão e o gabarito preliminar.</p>
	32	Requerem anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão sobre argumento de má formulação da alternativa “C”.	<p>QUESTÃO 32. Sobre a ordem social estabelecida pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>A) A seguridade social restringe-se a estabelecer normas sobre saúde e previdência social.</p> <p>B) O princípio da solidariedade financeira</p>

				<p>determina o custeio da seguridade social por aqueles cidadãos beneficiados.</p> <p>C) A seguridade social é financiada pelas contribuições sociais devidas por entidades equiparadas à empresa.</p> <p>D) Um dos objetivos da seguridade social é o caráter centralizado de gestão administrativa.</p> <p>O candidato afirma que a assertiva inserida no item “C” é incorreta uma vez que a seguridade social é financiada por toda a sociedade.</p> <p>Apesar do argumento dos candidatos, o recurso não merece prosperar, visto que, a afirmativa é verdadeira, uma vez que as contribuições sociais devidas por entidades equiparadas a empresas financiam a seguridade social.</p> <p>Sobre o tema, transcrevemos lições do já citado doutrinador Alexandre de Moraes, na obra Direito Constitucional, 27ª edição, editora Atlas, São Paulo, 2011, p. 848:</p> <p><i>“Determinou a Constituição que a seguridade será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - do empregador, da empresa e da entidade a que a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados – a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício -, a receita ou o faturamento, o lucro; - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição social sobre aposentadoria e pensão concedida pelo regime geral da previdência social de que trata o art. 201 da CF. (destacamos) <p>Portanto, não há que se falar em restrição de interpretação da afirmação contida no item “C” da questão. Recurso não provido. Questão mantida e gabarito preliminar confirmado.</p>
--	--	--	--	--

		34	Os candidatos requerem retificação do gabarito preliminar para letra “C”.	<p>Recurso com provimento.</p> <p>QUESTÃO 34. Sobre a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, julgue os itens abaixo:</p> <p>I. A <u>pessoa jurídica será responsável penalmente por infrações cometidas por decisões de seu órgão colegiado, no interesse da sua entidade.</u></p> <p>II. <u>Uma vez responsabilizada a pessoa jurídica criminalmente, é excluída a responsabilidade criminal das pessoas físicas partícipes do mesmo fato.</u></p> <p>III. <u>Havendo composição do dano ambiental, é possível, nos crimes de médio potencial ofensivo, a propositura de aplicação imediata de pena restritiva de direito.</u></p> <p>Assinale a alternativa correspondente ao julgamento:</p> <p>A) Todas as alternativas são falsas.</p> <p>B) Apenas as alternativas I e II são falsas.</p> <p>C) Apenas as alternativas II e III são falsas.</p> <p>D) Apenas as alternativas I e III são verdadeiras.</p> <p>Sobre os pontos abordados nas questões, transcrevemos os artigos 3º, parágrafo único e 27 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:</p> <p><u>“Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”</u></p> <p><u>“Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.</u></p> <p><u>“Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa,</u></p>
--	--	----	---	--

			<p>prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade”. (grifamos)</p> <p>Com os destaques realizados na transcrição da questão e nos dispositivos legais supra, concluímos pelo provimento do recurso e retificação do gabarito para letra “C”.</p>
		36	<p>Requerem anulação da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p> <p>Recurso sem provimento.</p> <p>“QUESTÃO 36. Analise as afirmativas abaixo sobre crimes e contravenções penais e marque V para as verdadeiras e F para as falsas:</p> <p>() Constitui crime contra a fé pública a recusa de recebimento, pelo seu valor, de moeda de curso legal no país;</p> <p>() Constitui contravenção penal fingir-se funcionário público.</p> <p>() Constitui crime contra a paz social exumar cadáver.</p> <p>() Usar publicamente distintivo de função pública que não exerce constitui contravenção penal referente à fé pública.</p> <p>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</p> <p>A) V, F, V, F</p> <p>B) F, V, F, V</p> <p>C) F, V, V, F</p> <p>D) V, F, F, V”</p> <p>O candidato afirma que a afirmação “constitui contravenção penal fingir-se funcionário público” é falsa nos termos do art. 328 do Código Penal, <i>in verbis</i>:</p> <p>“CAPÍTULO II DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL Usurpação de função pública Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública: Pena - detenção, de três meses a dois anos, e</p>

			<p><i>multa”.</i></p> <p>A afirmação questionada pelo candidato aborda expressamente o art. 45, inserido no Capítulo V, Das Contravenções Referentes à Fé Pública do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, o qual transcrevemos:</p> <p><i>“CAPÍTULO V - DAS CONTRAVENÇÕES REFERENTES À FÉ PÚBLICA</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>SIMULAÇÃO DA QUALIDADE DE FUNCIONÁRIO</i></p> <p><i>Art. 45. Fingir-se funcionário público:</i></p> <p><i>Pena - prisão simples, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa”.</i></p> <p>Como se vê, os candidatos fazem confusão entre o tipo penal denominado pelo código penal de usurpação de função pública com relação à contravenção penal, simulação da qualidade de funcionário público, prevista no art. 45 do Decreto supracitado.</p> <p>Recurso improvido. Questão mantida. Gabarito confirmado.</p>
	35	Os candidatos requerem alteração do gabarito para alternativa “B”.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p><i>“QUESTÃO 35. Julgue os itens abaixo em verdadeiro (V) ou falso (F). Comete crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, aqueles que:</i></p> <p><i>() Ocultarem propriedade adquirida pela prática de crime contra o sistema financeiro;</i></p> <p><i>() Exigirem resgate na execução do crime de extorsão mediante sequestro;</i></p> <p><i>() Participarem de organização criminosa.</i></p> <p><i>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</i></p> <p>A) V, F, F.</p> <p>B) V, F, V.</p> <p>C) F, V, F.</p> <p>D) F, V, F.”</p> <p>Sustenta o candidato que <i>“crime praticado por organização criminosa é também crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores”</i> nos termos do art. 1º, inciso VII e §2º,</p>

			<p>inciso II da Lei 9.613/98, <i>in verbis</i>:</p> <p><i>“Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>VII - praticado por organização criminosa.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:</i></p> <p><i>I - utilizar, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;</i></p> <p><i>II - participar de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei”.</i></p> <p>Diversamente do que pretende o candidato, nos termos da lei é tipificado como crime de lavagem de dinheiro “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores” que podem ser provenientes direta ou indiretamente, dentre outras possibilidades, da prática de outros crimes, entre eles, o praticado por organização criminosa.</p> <p>Assim, temerária a posição dos candidatos de que organização criminosa é uma das formas de tipificação do crime de lavagem de dinheiro que exige “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores”.</p> <p>Recurso indeferido. Questão e gabarito mantidos.</p>
	37	<p>Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Os candidatos requerem anulação da questão.</p> <p>“QUESTÃO 37. Sobre inadimplemento das obrigações, assinale a INCORRETA:</p> <p>A) Todos os bens do devedor respondem pelo inadimplemento de uma obrigação.</p> <p>B) O devedor se torna inadimplente desde o dia em que executou o ato que não deveria realizar, nos casos das obrigações positivas.</p> <p>C) É possível responsabilizar o devedor por perdas e danos,</p>

				<p><i>quando não cumpre com sua obrigação.</i></p> <p>D) O caso fortuito pode isentar o devedor pelos prejuízos suportados pelo credor”.</p> <p>Afirmam que a alternativa “A” é incorreta, pois existem exceções quanto aos bens do devedor que respondem pelo inadimplemento de uma obrigação, entre as quais, o bem de família estabelecido na lei 8.009/90.</p> <p>Como bem mencionou o candidato, nos termos do art. 391 do Código Civil “<i>pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor</i>”.</p> <p>Recurso improvido. Questão mantida. Gabarito confirmado.</p>
		38	Os candidatos requerem anulação da questão por inexistência de gabarito.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>QUESTÃO 38. Para a teoria da responsabilidade subjetiva, são requisitos cumulativos para que haja o dever de indenizar:</p> <p>1º. Ato;</p> <p>2º. Dano;</p> <p>3º. Nexo de causalidade;</p> <p>4º. Dolo ou culpa.</p> <p>Assinale a alternativa que contemple os requisitos necessários à existência do dever de indenizar:</p> <p>A) Apenas os itens 1, 2 e 3 são necessários.</p> <p>B) Basta a verificação dos itens 2, 3 e 4.</p> <p>C) Todos os itens são necessários.</p> <p>D) Nenhum dos itens elencados é necessário.</p> <p>Afirma que “os requisitos cumulativos da teoria da responsabilidade subjetiva à ensejar o dever de indenizar não estão contemplados, em sua totalidade, dentre as alternativas apresentadas”. Para o candidato o gabarito preliminar “<i>não prevê a hipótese de responsabilidade subjetiva por omissão em contraposição ao ato</i>”.</p> <p>Sobre o tema, transcrevemos lições de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código Civil anotado, 2ª edição, 2004, emanadas nos comentários do art. 186, do Código Civil, citado pelo recorrente:</p> <p><i>“Dois são os sistemas de responsabilidade civil adotados pelo CC: responsabilidade civil objetiva e</i></p>

				<p><i>subjetiva. O sistema geral do CC é o da <u>responsabilidade subjetiva</u> (CC 186), que se funda na teoria da culpa: para que haja o dever de indenizar é necessária a existência do <u>dano</u>, do <u>nexo de causalidade</u> entre o <u>fato</u> e o dano e a <u>culpa lato sensu</u> (<u>culpa</u> – imprudência, negligência ou imperícia; <u>ou dolo</u>) do agente. O sistema subsidiário do CC é o da <u>responsabilidade civil objetiva</u> (CC 927 par.ún.), que se funda na teoria do risco: para que haja o dever de indenizar é irrelevante a conduta (dolo ou culpa) do agente, pois basta a existência do dano e do nexo de causalidade entre o fato e o dano”. (grifamos)</i></p> <p>Confrontando o que requer o enunciado da questão com os requisitos enumerados, a expressão “ato” implica dizer, nas lições dos Nobres Doutrinadores em “fato”, assim, havendo dano, nexo de causalidade entre o ato e o dano e a culpa lato sensu, que engloba o dolo, irretocável a questão e seu gabarito preliminar.</p> <p>Portanto, sem razão o candidato. Recurso não provido, questão e gabarito mantido.</p>
		39	Os candidatos requerem alteração do gabarito.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>QUESTÃO 39. Sobre posse, julgue os itens abaixo:</p> <p>I. A posse será justa quando não for violenta, precária ou clandestina;</p> <p>II. A posse, exercida nos termos que a lei exige, pode transformar o possuidor em proprietário.</p> <p>III. Pode-se afirmar que posse é o exercício pleno dos poderes do domínio.</p> <p>Assinale a alternativa que contemple o julgamento realizado:</p> <p>A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.</p> <p>B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.</p> <p>C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</p> <p>D) Todos os itens são verdadeiros.</p> <p>Alegam que a afirmação inserida no “item III” é verdadeira, destacando o texto legal do art. 1.196 do Código Civil, “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”.</p>

				<p>Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código Civil anotado, 2ª edição, 2004, destaca jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que define como possuir aquele que exerce alguns dos poderes inerentes ao domínio, o que contradiz a afirmação inserida no “item III” de que o possuidor tem o exercício pleno dos poderes do domínio.</p> <p>Vejamos trecho da jurisprudência emanada pela 3ª Câmara no Ag.Rg.Ag. 29384/MS, relatado pelo Ministro Waldemar Zveiter, julgado em 09/02/1993 e citada pelos Nobres Doutrinadores:</p> <p><i>“Possuidor: É da apuração da situação fática que se pode aferir a natureza da titularidade do possuidor. Colhe-se da doutrina que possuidor é aquele que atua frente a coisa como se fosse proprietário, pois exerce alguns dos poderes inerentes ao domínio e a posse”.</i> (destaque original, grifos nosso)</p> <p>Recurso improvido. Questão mantida. Gabarito confirmado.</p>
Liciane Zonatto – 02188 Eric Rodrigo Pettenan - 02328	Técnico de Fiscalização Tributária	06	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso com provimento. Os termos em destaque sinteticamente Apresenta:</p> <p>I – Fui à escola e falei com o diretor: oração coord. Sindética aditiva expressa ideia de acréscimo ou adição à oração anterior, dispensa o uso de vírgula.</p> <p>II – O menino correu muito, mas não se cansou: adversativas expressam ideia de oposição ou contraste à oração anterior. Antes da conjunção adversativa sempre haverá vírgula</p> <p>III – Era alto como seu pai: encerra a ideia de comparação, compara com a oração principal <u>Era alto como seu pai</u> (subordinada adverbial comparativa).</p> <p>IV – estava lá desde que ele chegou: encerra a ideia de tempo, ou seja, indica o período do tempo em que ocorre a oração principal <u>estava lá</u> (oração principal) desde que ele chegou. (subordinada adverbial temporal). Alternativa Correta letra A</p>
		07	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. É proibido o uso de crase em palavras femininas não-determinadas, à pessoas (sentido geral indeterminado) isto é, não precedidas de artigo é proibido entrada a pessoas estranhas ao serviço. Além disso, não é admitido o uso de crase diante de palavras no plural se o “a” estiver no singular. Esta questão, quanto ao enunciado, pede para</p>

			<p>assinalar o uso <u>INCORRETO</u>, ou seja, onde é proibido o uso de crase. Ex. É proibido entrada às pessoas estranhas ao serviço (gramaticalmente correto). No enunciado está Alternativa D como INCORRETA: é proibido entrada à pessoas estranhas neste serviço. Neste caso é proibido quando a preposição estiver no singular seguida de um substantivo no plural. As demais alternativas (locuções prepositivas e advérbio de modo) estão corretas; Ex. à maneira de/ à moda de. Permanece a alternativa D.(Gramática em Texto: Leila Lauar Sarmiento – editora Moderna, 2000)</p> <p>Quanto ao verbo responder, este não permite transitividade direta, sendo obrigatório o uso de crase. Portanto fica mantida a alternativa D.</p>	
		08	<p>Requerem alteração do gabarito, alegando que a alternativa correta é a “B” e não a “C”.</p>	<p>Recurso sem provimento. A palavra “<u>Marca</u>” – vejamos significado: ato ou efeito de marcar (V.T.D). (<u>MiniAurélio sec. XXI – Nova Fronteira, 2001</u>). Pôr marca ou sinal em. Indicar, apontar, portanto o verbo antecede ao substantivo, ou seja, antes do substantivo existe o verbo, que produz a impressão “em” produto, isto é, o verbo está implícito à marca, que se torna um distintivo derivado. Portanto, sendo que as demais palavras estão sintaticamente flexionadas. Portanto, fica mantida a alternativa “B”</p>
		10	<p>Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. A gradação consiste em dispor as ideias em ordem crescente ou decrescente. Quando o encadeamento das ideias se faz na ordem crescente temos o “<i>clímax</i>”, ou seja, o encadeamento caminha em direção ao “<i>clímax</i>”; quando em ordem decrescente, ao “<i>anticlímax</i>”. Como faz Machado de Assis, em Quincas Borba na seguinte expressão ao trabalhar a gradação crescente (ascensão de Rubião): [...]. Cotejava o passado com o presente. Quem era há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Tunis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, [...]. Sendo assim, o autor expressa a ideia de gradação na seguinte expressão: “<u>A mesma praça. O mesmo banco. As mesmas flores, o mesmo jardim</u>”. “Esse coração oculto pulsando no meio da noite, da neve, da chuva, debaixo da capa, do paletó, da camisa, debaixo da pele, da carne (Ferreira Gullar) Alternativa Correta C: GRADAÇÃO.</p>

Marlon Gilberto Olivio Piton – 00628 Priscila Zanetti Fagundes - 00709	Analista de Recursos Humanos	02	Requer anulação da questão por apresentar duas alternativas corretas.	Recurso sem provimento. O enunciado pede para apontar os recursos linguísticos que demarcam a predominância do tipo de texto. No texto dissertativo/informativo, os argumentos precisos, objetivos são referenciados por dados estatísticos que defendem a precisão argumentativa. Por exemplo, <i>dados mostram que 34,6% não dispensam carne gordurosa, enquanto 56,9% das pessoas bebem leite integral regularmente. Outro fator preocupante é o consumo de refrigerante - 29,8% dos brasileiros tomam a bebida pelo menos cinco vezes por semana.</i> As demais informações podem constar de um texto narrativo <u>ou até mesmo descritivo</u> , mas as estatísticas como fonte discursiva é o recurso linguístico único do tipo de texto dissertativo, neste caso, mais utilizado pelo autor. Desta forma os recursos referentes utilizados para informar e situar o leitor acerca da realidade da saúde do brasileiro quanto ao consumo de gordura é justamente as características específicas do texto dissertativo, ou seja, o autor faz diversas comparações por meio de dados estatísticos precisos, exatos e mostra a fonte, evidenciando-se um texto impessoal e objetivo , traduzindo a intenção de quem produz - a informação. Permanece a alternativa A.
		03	Alegam que o gabarito aponta como correta a alternativa “C”, no entanto a correta é a alternativa “D”.	Requerimento com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a respostada questão 03, passando para a alternativa D.
		06	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Os termos em destaque sinteticamente Apresenta: I – Fui à escola e falei com o diretor : oração coord. Sintética aditiva expressa ideia de acréscimo ou adição à oração anterior, dispensa o uso de vírgula. II – O menino correu muito, mas não se cansou : adversativas expressam ideia de oposição ou contraste à oração anterior. Antes da conjunção adversativa sempre haverá vírgula III – Era alto como seu pai : encerra a ideia de comparação, compara com a oração principal <u>Era alto como seu pai</u> (subordinada adverbial comparativa). IV – estava lá desde que ele chegou : encerra a ideia de tempo, ou seja, indica o período do tempo em que ocorre a oração principal <u>estava lá</u> (oração principal) desde que ele chegou . (subordinada adverbial temporal). Alternativa Correta letra A

		07	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. É proibido o uso de crase em palavras femininas não-determinadas, à pessoas (sentido geral indeterminado) isto é, não precedidas de artigo é proibido entrada <u>a pessoas</u> estranhas ao serviço. Além disso, não é admitido o uso de crase diante de palavras no plural se o “a” estiver no singular. Esta questão, quanto ao enunciado, pede para assinalar o uso <u>INCORRETO</u>, ou seja, onde é proibido o uso de crase. Ex. É proibido entrada às pessoas estranhas ao serviço (gramaticalmente correto). No enunciado está Alternativa D como INCORRETA: é proibido entrada à pessoas estranhas neste serviço. Neste caso é proibido quando a preposição estiver no singular seguida de um substantivo no plural. As demais alternativas (locuções prepositivas e advérbio de modo) estão corretas; Ex. à maneira de/ à moda de. Permanece a alternativa D.(Gramática em Texto: Leila Lauar Sarmiento – editora Moderna, 2000)</p> <p>Quanto ao verbo responder, este não permite transitividade direta, sendo obrigatório o uso de crase. Portanto fica mantida a alternativa D.</p>
		08	Requerem anulação da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. A palavra “<u>Marca</u>” – vejamos significado: ato ou efeito de marcar (V.T.D). (<u>MiniAurélio sec. XXI – Nova Fronteira, 2001</u>). Pôr marca ou sinal em. Indicar, apontar, portanto o verbo antecede ao substantivo, ou seja, antes do substantivo existe o verbo, que produz a impressão “em” produto, isto é, o verbo está implícito à marca, que se torna um distintivo derivado. Portanto, sendo que as demais palavras estão sintaticamente flexionadas. Portanto, fica mantida a alternativa “B”</p>
		16	Os candidatos requerem a anulação da questão.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Questão 16. Assinale as afirmativas abaixo e marque V para as verdadeiras e F para as falsas:</p> <p><i>I. A moratória <u>extingue</u> a exigibilidade do crédito tributário;</i></p> <p><i>II. Liminar em Mandado de Segurança pode suspender a exigibilidade do crédito tributário;</i></p> <p><i>III. O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário;</i></p> <p><i>IV. Os recursos em processo tributário administrativo <u>dispensa</u> o cumprimento das obrigações acessórias.</i></p> <p><i>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses:</i></p> <p><i>A) F, F, V, V</i></p>

				<p>B) V, F, F, V C) V, V, F, V D) F, V, V, F</p> <p>Sustenta que não existe gabarito para o julgamento realizado dos itens postos a sua apreciação, transcrevendo, para fundamentação legal, o art. 151 do Código Tributário Nacional.</p> <p><i>“Art. 151. <u>Suspendem</u> a exigibilidade do crédito tributário:</i></p> <p><i>I - moratória;</i></p> <p><i>II - o depósito do seu montante integral;</i></p> <p><i>III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;</i></p> <p><i>IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.</i></p> <p><i>V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;</i></p> <p><i>VI - o parcelamento.</i></p> <p><i>Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes”.</i></p> <p>O art. 151 do Código Tributário Nacional, expressa causas de <u>suspensão</u> da exigibilidade do crédito tributário, entre elas (inciso I) temos a moratória, o que torna falsa a afirmação de extinção da exigibilidade do crédito tributário, como consta No “item I” da questão.</p> <p>No parágrafo único do artigo 151 do CTN, temos que “o disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes”. O que torna falsa a afirmação do “item IV” que afirma que os recursos dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.</p> <p>Sem mais considerações, negamos provimento ao recurso, mantendo a questão e o gabarito preliminar.</p>
		18	Os candidatos requerem alteração do gabarito preliminar para letra “C”.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Questão 18. Julgue os itens:</p> <p><i>I. As hipóteses de incidência de multa precedem a ocorrência de um ato ilícito;</i></p> <p><i>II. As hipóteses de incidência de tributo precedem a</i></p>

				<p><i>ocorrência de um ato lícito;</i> <i>III. Um rendimento auferido em atividade ilícita não está sujeito ao tributo;</i> <i>Assinale a questão com base no julgamento realizado:</i> <i>A) Todos os itens são verdadeiros.</i> <i>B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.</i> <i>C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.</i> <i>D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</i> <i>Para o candidato a alternativa I é falsa e a alternativa III é verdadeira.</i></p> <p>Vejamos o que leciona Eduardo Sabbag, ao citar Hugo de Brito Machado, no seu Manual de Direito Tributário, editora Saraiva, 2009, p. 337, sob o título “1.3 A prestação diversa de sanção”:</p> <p><i>“Por oportuno, já que se atentar à distinção entre hipótese de incidência de fato gerador. Hugo de Brito Machado assevera que “o tributo se distingue da penalidade exatamente porque esta tem como hipótese de incidência um ato ilícito, enquanto a hipótese de incidência do tributo é sempre algo lícito. Não se conclua, por isto, que um rendimento auferido em atividade ilícita não está sujeito ao tributo. Nem se diga que admitir a tributação de tal rendimento seria admitir a tributação do ilícito”.</i></p> <p>Com os destaques realizados na citação, demonstramos a retidão da afirmação contida no “item I” e a inexistência do que prescreve o “item III”.</p> <p>Portanto, mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
		19	Os candidatos requerem anulação da questão por inexistência de gabarito.	<p>Recurso sem provimento. Vejamos a questão: <i>“Questão 19. Analise os itens abaixo e marque verdadeiro (V) ou falso (F):</i> <i>() Ocorre lançamento por declaração no caso do imposto sobre propriedade territorial urbana;</i> <i>() O imposto sobre propriedade de veículos automotores é tributo lançado por homologação.</i> <i>() Taxas são impostos lançados de ofício.</i> <i>() O lançamento misto é realizado com base na declaração realizada pelo sujeito passivo.</i></p>

				<p>Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses: A) F, V, F, V B) F, V, V, V C) V, F, F, V D) V, F, V, F”</p> <p>O gabarito preliminar coloca as alternativas “I e III” como falsas.</p> <p>O candidato, em suas razões, concorda com a falsidade do “item I”, porém, discorda do gabarito afirmando ser falsa a afirmação inserida no “item II”, que dispõe que “o imposto sobre propriedade de veículos automotores é tributo lançado por homologação”.</p> <p>Apesar da argumentação do candidato, transcrevemos julgado da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:</p> <p><i>“EMENTA: TRIBUTÁRIO. IPVA. LANÇAMENTO. SUPOSTO PAGAMENTO ANTECIPADO. O IPVA é tributo cujo lançamento se faz por homologação: o contribuinte recolhe o tributo, sem prévio exame do Fisco. Tal recolhimento opera a extinção condicional do crédito tributário. A extinção somente acontece após homologação do pagamento”. (RMS 12.384/RJ, 1ª T., rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 04.06.2002) (destacamos)</i></p> <p>E julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: <u>IPVA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO - DISTINÇÃO ENTRE OS DOIS INSTITUTOS - EXERCÍCIOS DE 2001 A 2005 - TERMO INICIAL DO LAPSO DECADENCIAL É O PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO - LANÇAMENTO OCORRIDO EM 29/7/2006 INOCORRÊNCIA DA DECADÊNCIA, DE VEZ QUE A FAZENDA PODIA CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO ATÉ DEZEMBRO DESTES MESMO ANO - TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO É A DATA DO LANÇAMENTO - ASSIM, A FAZENDA TEM ATÉ 28/7/2011 PARA AJUIZAR A AÇÃO DE COBRANÇA</u></p>
--	--	--	--	---

				<p align="center">- AÇÃO PROCEDENTE - RECURSO PROVIDO.</p> <p align="center">...</p> <p><i>O lançamento, que no dizer do art. 142 do CTN consiste no "procedimento administrativo, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível", pode resultar: a) da declaração do sujeito passivo; b) das informações de terceiro; c) de iniciativa da autoridade; d) de ato do sujeito passivo sem prévio exame da autoridade.</i></p> <p><i><u>Nessa última hipótese, temos o chamado lançamento por homologação, ou autolancamento, disciplinado no art. 150 do Código Tributário Nacional.</u></i></p> <p><i><u>Exatamente o caso do IPVA.</u></i></p> <p><i>O lançamento por homologação é disciplinado pelo art. 150 do CTN: "O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa". (TJSP. Recurso de Apelação nº 990.10.434300-3. São Paulo. Voto nº 24453. Apelante Fazenda do Estado de São Paulo. Apelado Luiz de Carvalho Neto. Relator Desembargador Márcio Franklin Nogueira) (destaques originais, grifos nosso)</i></p> <p>Portanto, correta a afirmação de que o imposto sobre propriedade veicular é tributo lançado por homologação.</p> <p>Ainda sobre a questão, norteados pelo princípio da razoabilidade e eficiência, destacamos que, apesar de requerido ou questionado pelo candidato, necessária retificação do gabarito, visto que, nas lições de Eduardo Sabbag, em Manual de Direito Tributário, editora Saraiva, 2009, p. 711, "as taxas são tributos lançados de ofício", o que torna a terceira afirmação,</p>
--	--	--	--	---

				<p>posta a análise dos candidatos, verdadeira.</p> <p>Portanto, conheço do recurso, indefiro o pedido do candidato de anulação da questão, retificando o gabarito preliminar para fazer constar como gabarito definitivo letra “B”.</p>
		35	<p>Requerem anulação da questão, alegando que conforme a Lei 8213/91, artigo 20, alínea “d”, a alternativa C também estaria correta.</p>	<p>Recurso sem provimento. Após análise do recurso, e da Lei 8213/91, verifica que a candidata não se atentou para a palavra SALVO, ou seja, a doença endêmica não é considerada acidente de trabalho, com exceção (salvo) se a comprovação resultou de exposição ou contato direto, determinado pela natureza do trabalho.</p> <p>Portanto, fica mantida a questão.</p>
<p>Ednilce Modesto -1974 Nadir da Conceição Figueiredo - 02429 Vanilza de Aguiar Bianao – 00546 Fernanda Maura Firmino - 00532</p>	<p>Professor de Língua Portuguesa</p>	10	<p>Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. O site da prefeitura traz apenas a informação sobre a localização de Campos de Júlio quanto a Meso Região Homogênea e Micro Região Homogênea, recorte geográfico utilizado pelo governo estadual para fins administrativos. Mas a questão nº 10 pede para o candidato opinar sobre a localização do município, ou seja, se está localizado na região Norte, Sul, Leste ou Oeste. No caso, o município de Campos de Júlio localiza-se na região Oeste.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>
		25, 26, 27 e 28	<p>Não é possível responder as questões 25, 26, 27 e 28, pois não se sabe a qual poema essas questões se referem.</p> <p>Haja vista, que o poema anterior a estas questões se refere as questões 5 a 8.</p>	<p>Recurso sem provimento. As candidatas deveriam verificar que é uma sequência as questões. É obvio que as questões mencionadas, pertenciam ao texto anterior, até mesmo pelas perguntas.</p> <p>O recurso não procede.</p>
		29	<p>Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Os recursos das candidatas não procedem, pois a questão de número 29, questionada pela candidata, não condiz com a explanação da mesma. A questão se refere ao emprego do plural, e não a Literatura. Portanto fica mantida a questão.</p>

		30	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. O recurso das candidatas não procede, pois a questão de número 30 está correta. A frase que a candidata menciona correta está errada. O verbo “fechar” não está na forma correta na frase. Essa questão foi obtida do livro: Língua, Literatura e Redação – João Domingues Maia- Volume 2, pagina 238. Portanto, fica mantida a questão.
		33	Requerem anulação da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. O recurso das candidatas não procede, pois a questão de número 33 está correta. As frases ditas certas, pela candidata estão erradas. Uma delas seria “ a avaliar” e a outra seria ...de que o público..... . Essa questão foi obtida do livro: Língua, Literatura e Redação – João Domingues Maia- Volume 1, pagina 237. Portanto, fica mantida a questão.
		35	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Houve um erro de digitação. Esse erro não prejudicaria a candidata na interpretação do poema, pois a mesma deve ser habilitada a ministrar aulas da disciplina Língua Portuguesa, e além disso, pelo recurso impetrado pela candidata, a mesma mostra conhecedora do poema, qual não a impediria que respondesse a questão de número 35. Além do mais, logo depois de Irene Preta, Irene Preta, vem Irene sempre de bom humor, dando uma visão de bondade, qual não teria dúvida de que a resposta certa seria a resposta: A -Irene é preta, mas é boa, pois é a única alternativa que traz a conjunção “mas”. Não havendo dúvidas na interpretação da questão.
Marcia Cristina Fassbinder Zonatto-01731	Professor de Língua Portuguesa	25	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Após análise da questão, ficou constatada que está correta. A resposta do gabarito está correta. A questão foi obtida do livro : Língua , Literatura e Redação- João Domingues Maia Volume I-páginas 217 e 218. Portanto fica mantida a questão.
		28	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Uma das alternativas foi em negrito, por um lapso cometido e a candidata sentiu-se constrangida, Verificando-se a alegação da candidata, a qual é habilitada em ministrar aula da disciplina Língua Portuguesa, obviamente saberia que a resposta certa seria essa em negrito. Portanto, não há razão para haver constrangimento por esse lapso, pelo contrário, afirmaria a resposta certa.

		35	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Houve um erro de digitação. Esse erro não prejudicaria a candidata na interpretação do poema, pois a mesma deve ser habilitada a ministrar aulas da disciplina Língua Portuguesa, e além disso, pelo recurso impetrado pela candidata, a mesma mostra conhecedora do poema, qual não a impediria que respondesse a questão de número 35. Além do mais, logo depois de Irene Preta, Irene Preta, vem Irene sempre de bom humor, dando uma visão de bondade, qual não teria dúvida de que a resposta certa seria a resposta: A -Irene é preta, mas é boa, pois é a única alternativa que traz a conjunção “mas”. Não havendo dúvidas na interpretação da questão.
		37	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. Após análise da questão, ficou constatada que está correta. De acordo com o livro; Literatura e Interpretação de Textos, do autor Alpheu Tersariol- Edelbra, páginas 284/285 e393. Portanto fica mantida a questão.
		38	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. Após análise da questão, ficou constatada que está correta. De acordo com o livro; Literatura e Interpretação de Textos, do autor Alpheu Tersariol- Edelbra, páginas 284/285 e393. Portanto permanece a alternativa D.
		35 a 38	Requer anulação das questões, alegando que as mesmas foram encontradas na internet.	Recurso sem provimento. As questões de números 35 a 38 foram obtidas do livro de Literatura e Interpretação de Textos, do autor Alpheu Tersariol- Edelbra, páginas 284/285. Portanto fica mantidas as questões.
Edivino Dias Matteus - 00520	Professor de Língua Inglesa	29	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. A frase dita pelo candidato em questão, encontra-se na linha 4 sim, apenas houve um erro de digitação do pronome, qual não impediria, em nenhum momento o candidato em responder a questão. Visto que a palavra digitada por engano, trata-se, também, de pronome. E a alternativa, D, que é a resposta certa, o pronome digitado, em nenhum momento interferiria que o candidato respondesse a questão, pois o mesmo deve ser habilitado a ministrar aula da disciplina Língua Inglesa. Além disso, as outras alternativas se divergem totalmente da resposta certa.
Odila Nelci krampe Donat – 01296 Jezisbel dos Santos Souza – 01121 Edson Garcia da Silva – 00797 Ednalva Aparecida Ferreira Militão –	Professor de pedagogia	10	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. O site da prefeitura traz apenas a informação sobre a localização de Campos de Júlio quanto a Meso Região Homogênea e Micro Região Homogênea, recorte geográfico utilizado pelo governo estadual para fins administrativos. Mas a questão nº 10 pede para o candidato para opinar sobre a localização do município, ou seja, se está

<p>01341</p> <p>Lenilza Inácio – 00986</p> <p>Juliana Ferreira de Castro – 00978</p> <p>Queila Matheus - 00918</p> <p>Dayane Miranda Romeira -0920</p> <p>Maria do Carmo Souza - 02808</p> <p>Douglas Henrique de Assis Ferreira</p> <p>Fernanda Jesus Gomes de Arruda</p> <p>Fukushima - 00727</p>			<p>15</p> <p>Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.</p>	<p>localizado na região Norte, Sul, Leste ou Oeste. No caso, o município de Campos de Júlio localiza-se na região Oeste.</p> <p>Recurso Indeferido.</p> <p>Recurso sem provimento. Os candidatos estão equivocados, pois, TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS PROGRESSISTAS, segundo Libâneo, designa as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação.</p> <p>Tendência Pedagógica Crítico-Social dos Conteúdos é uma das tendências pedagógicas progressistas, portanto uma alternativa NÃO define a outra, como argumenta o candidato.</p> <p>Tendência Pedagógica Crítico-Social dos Conteúdos tem como objetivo propiciar ao alunado conscientização, emancipação e participação efetiva no processo ensino-aprendizagem. Para tanto o pensamento racional dedutivo que parte do todo, da visão global, para as partes, é utilizado, oportunizando a observação dos diferentes e mais abrangentes aspectos da questão estudada.</p> <p>Uma das principais características desta tendência é a forma de apresentar os conteúdos, pois estes não devem ser separados da realidade social. A escola deve apresentar-se como um instrumento de apropriação do saber e agente transformador da sociedade. O principal papel desempenhado pela escola, neste contexto, é o de preparar os alunos para o mundo em que vivem tornando-os seres críticos conscientes das contradições existentes na sociedade da qual fazem parte. Enquanto alguns acreditam que os conteúdos devem estar sempre de acordo com o meio social de quem aprende, ou seja, que não se deve apresentar elementos culturais estranhos aos dos alunos, na tendência progressista “crítico-social dos conteúdos”, busca-se uma socialização do saber, uma democratização do ensino.</p> <p>Permanece o gabarito.</p> <p>Referências bibliográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Guiraldeli JR. , Paulo. Educação física progressista - A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. São Paulo, Ed. Loyola, 1988.
---	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> • Libaneo, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Ed. Loyola, 1986. • Luckesi, Cipriano C. Para além do autoritarismo. Revista Educando, Número 171, Ano: 18, maio/1985. • Medina, João P.S. Educação Física cuida do corpo e mente. São Paulo, Editora Papirus, 1987. • Saviani Dermeval. Escola e democracia. São Paulo, Cortez Editora, 1986.
		28	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. A criança passará de um estágio para outro naturalmente, independe de novas assimilações, pois para Piaget, a estrutura de maturação do indivíduo sofre um processo genético e a gênese depende de uma estrutura de maturação. Todos os indivíduos passam por todas as fases e períodos, numa sequência, porém, o início e o término de cada uma delas depende das características biológicas do indivíduo. Portanto, a divisão nessas faixas etárias é uma referência e não uma norma rígida.</p> <p>Fonte: BRAGHIOLLI, Elaine Maria. Psicologia geral. 9 ed. Porto Alegre: Vozes, 1990.</p> <p>De acordo com o enunciado acima, percebemos claramente que o item que o candidato alega estar correta (V), permanece incorreta (F). Portanto permanece o gabarito.</p>
		38	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso com provimento. A questão nº 38, ficou faltando a palavra EXCETO no enunciado. Portanto a questão deve ser anulada.</p>
		40	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. As candidatas estão equivocadas, pois a atual estrutura do sistema educacional compreende: Educação básica; formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior. Portanto permanece o gabarito.</p>
Antônio Aparecido dos Santos 2110	Professor de informática	21	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. O enunciado trata de ação desempenhada pelo usuário onde, o mesmo deve ter cautela ao abrir links, visto que o mesmo pode ser pragas virais, onde estará instalando e, ou compartilhando os mesmos. Portanto, fica mantida a questão.</p>

<p>Keity Natália dos Santos Pereira - 0073</p> <p>Jéssica Aline Zucatto - 002752</p>	<p>Professor de Ciências</p>	<p>40</p>	<p>Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito</p>	<p>Recurso sem provimento. A alternativa que os candidatos alegam que também está correta, a letra B, está incompleta, pois o pantanal é um bioma constituído principalmente por uma savana estépica, com 250.000 Km² de extensão, situados no sul de Mato Grosso e noroeste de Mato Grosso do Sul, além de englobar o norte do Paraguai e Leste da Bolívia (onde é chamado de chaco boliviano), considerado pela UNESCO patrimônio natural mundial.. Fonte:Geografia : O espaço brasileiro - natureza e trabalho VOL 3(Lucia Marina Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin. São Paulo, 2012 Portanto de acordo com os autores do Livro de Geografia, o gabarito está correto, permanece a alternativa D.</p>
<p>Orivaldo Severo - 00369</p> <p>Eduardo Tadeu Rodrigues Castro - 00879</p>	<p>Professor de Matemática</p>	<p>23</p>	<p>Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso sem provimento. Observe o desenvolvimento da questão. Chamando de x a média dos 30 alunos tem: $Mx = x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n/n$ ou seja $Mx = X/n$ $6,40 = \frac{X}{30}$. Então x=192 Chamando de y a média dos 50 alunos tem: $My = y_1 + y_2 + y_3 + \dots + y_n/n$ ou seja $My = y/n$ $5,20 = \frac{Y}{50}$. Então y=260 $= \frac{192 + 260}{80} = 5,65$ Depois do exposto resta confirmar a alternativa A.</p>
		<p>27</p>	<p>Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.</p>	<p>Recurso com provimento. Após a análise da questão foi verificado que na alternativa C foi digitado o sinal de menor ou igual zero, onde deveria ser apenas menor que zero. Depois do exposto, e como nenhuma das alternativas apresentou uma resposta satisfatória à questão em si deverá ser anulada.</p>

		29	Requerem revisão da questão por não concordarem com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Após argumentação do recurso, realmente, ao apresentar à alternativa B (660) como resposta não estaria errada se a pergunta estivesse sido feita sobre o percurso corrido e não percorrido como apareceu na questão. Este resultado foi analisado sobre um texto e no momento da digitação a pergunta ficou errada. Depois do exposto, e como nenhuma das alternativas apresentou uma resposta satisfatória à questão em si deverá ser anulada.
Romeu Pereira Felix - 1679	Professor de Educação Física	23	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão Anulada.
		33	Alega que o gabarito aponta como correta a alternativa “B”, no entanto a correta é a alternativa “A”.	Requerimento com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a respostada da questão 23, passando para a alternativa A.
Gisely Conceição Agnelo de Carvalho - 01040	Nutricionista	33	Alega que o gabarito aponta como correta a alternativa “D”, no entanto a correta é a alternativa “B”.	Recurso sem provimento. 1-“A triagem de risco nutricional deve ser realizada nas primeiras 24 horas após a internação. A triagem recomendada pelo Guidelines da ESPEN (2002) para o paciente hospitalizado é a Nutritional Risk Screening (2002). Essa triagem é uma ferramenta rápida, cujo quadro inicial denominado de pré-triagem é composto por quatro questões sobre o índice de massa corporal (IMC), perda de peso recente , ingestão alimentar e gravidade da doença.” (AGUILAR-NASCIMENTO, J. N.; CAPOROSI, C.; BICUDO, A. Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2. ed, 2011, 245p.) 2-“Baixo peso corporal e perda de peso rápida não intencional são altamente preditivos de mortalidade e morbidade na população idosa. Os profissionais de saúde devem monitorar o peso corporal em idosos e avaliar cuidadosamente os casos de rápida perda de peso não intencional, para evitar uma maior deterioração do estado de saúde.” (FISCHER, J.; JOHNSON, M. A. Low body weight and weight loss in the aged. J. Am. Diet. Assoc. , v. 90, n. 12, p.1697-1706, dez. 1990.) 3-“A perda de peso inexplicável, recente e progressiva , em pessoa previamente hígida, embora potencialmente grave em qualquer idade, é mais preocupante quando ocorre acima de 40 anos de idade, em vista da maior prevalência de neoplasias e de

				<i>fatores psicossociais e funcionais mais frequentes nessa faixa etária, especialmente em idosos. Constitui fator de risco independente para aumento na morbidade e mortalidade, particularmente em idosos (...). A perda de peso significativa também predispõe a infecções e aumento na mortalidade em pacientes submetidos a cirurgias eletivas, além de prejudicar a resposta à terapia medicamentosa.” (MACEDO, A.V.; ROCHA, M. O. C. Avaliação e tratamento da perda de peso involuntária e significativa. Rev. Med. Minas Gerais, v. 20, n.1, p.115-123, 2010.). Portanto fica mantida a questão.</i>
		39	Alega que o gabarito aponta como correta a alternativa “C”, no entanto a correta é a alternativa “B”.	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a resposta da questão 39, passando para a alternativa B.
Wagner Giongo - 02748	Arquiteto urbanista	40	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.
		33	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.
Luiz Carlos Correia de Oliveira - 02519	Engenheiro Civil	24	Alega que a questão apresenta duas alternativas corretas.	Recurso com provimento. Questão anulada.
		36	Requer anulação da questão por apresenta dupla interpretação.	Recurso com provimento. Questão anulada.

ENSINO MÉDIO

Candidato / Inscrição	Cargo	N. da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Cristian Eduardo Bonapaz - 02198	Técnico em Informática	02	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. O texto faz referência a dois termos <u>custo e contexto</u> , ou seja, a contextualização e a divulgação do produto dependem economicamente do recurso investido, recurso este que se desdobra em moeda, de fácil acesso ao usuário, facilitando o poder de compra e aumento do número de usuários, fortalecendo economicamente (monetizando) o produto no mercado. Alternativa B (amoedar).
		11	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. Apesar de estar no plural, o entendimento da questão não é comprometido, pois a opção "D" é a única que menciona o fato de que não houve aceitação dos cargos oferecidos e os irmãos Leme terem sido perseguidos até a morte por Rodrigo César. A questão faz referência ao fato de que tanto Rodrigo César ofereceu um cargo aos Leme, como estes se ofereceram para trabalhar em outro cargo, ou seja, havia mais de um cargo em questão. De um lado, os Leme não aceitaram o cargo oferecido e de outro, Rodrigo César não aceitou ceder o cargo solicitado pelos irmãos Leme. Recurso Indeferido
		22	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.
		34	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.

ENSINO FUNDAMENTAL

Candidato / Inscrição	Cargo	N. da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Nilta Pego da Silva 02671	Cozinheiro	11	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. Ao considerar uma fração devemos imaginar um todo dividido em partes iguais, onde se toma certa quantidade. A questão apresenta um quadrado grande dividido em quatro quadrados menores. Desses quatro quadrados dois foram divididos em outros quatro quadrados menores automaticamente os outros dois quadrados em branco também são divididos em quatro quadrados, totalizando então dezesseis quadrados pequenos, onde foram pintados apenas três, representados</p> <div data-bbox="1592 576 1800 767" style="text-align: center;"> </div> <p>por $\frac{3}{16}$.</p> <p>De acordo com a figura acima comprova-se que alternativa correta é a letra C.</p>
Clodoaldo Manoel de Sá 01125	Motorista de veiculo especial	19	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso sem provimento. A questão Nº 19 faz referência a população atual do município segundo o IBGE, que é o órgão oficial responsável pela contagem da população nacional. O site do município afirma que "hoje em 2012 pode chegar a 6.000 habitantes aproximadamente". Portanto ele não afirma, apenas deduz que em 2012 pode chegar a 6.000 habitantes. Fica valendo o dado populacional do IBGE que afirma que atualmente o município conta com 5.154 habitantes, ou seja, aproximadamente 5.000 habitantes.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>

II – Comunicar aos candidatos que algumas questões tiveram duplicidade de recursos, ou seja mais de um candidato entrou contra a mesma questão, deste modo informamos que todas as questões objetos de recursos foram respondidas, porém irá aparecer apenas o nome de um candidato que entrou contra a questão.

III – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa nos termos do Edital nº 001/2012.

IV – Informar aos candidatos que devido a inconsistências no banco de dados que resultaram na ausência de alguns nomes de candidatos na listagem por local de prova, a divulgação do resultado foi prorrogada, pois a Empresa ACP&I está inserindo os dados pessoais desses candidatos no sistema.

Campos de Júlio, em 21 de Maio de 2012.

ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2012